

Anexo ao Balanço de 31 de dezembro de 2013

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Prévia

1. Com vista ao cumprimento do estipulado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi elaborado o presente balanço, de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no plano de contabilidade supra referenciado.

Neste contexto, foram tomadas todas as medidas e preceitos legais aplicáveis, de modo a que o presente balanço represente, de forma fiel e rigorosa, a situação patrimonial do Município de Albufeira em 31 de dezembro de 2013.

2. As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo POCAL com exceção das rubricas 8.2.1., 8.2.2., 8.2.4., 8.2.5., 8.2.10., 8.2.11., 8.2.13., 8.2.17., 8.2.18., 8.2.20., 8.2.21., 8.2.23., 8.2.24., 8.2.25. e 8.2.30., por não serem aplicáveis.

8.2.3. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram:

a) *Imobilizado Corpóreo*



Os bens do ativo imobilizado foram registados ao custo de aquisição ou construção (IVA incluído, por não ser dedutível, nas imobilizações que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afetação real no que concerne ao IVA).

As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) – Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril (2.ª Série).

Todos os bens do ativo imobilizado foram amortizados às taxas legais aplicáveis.

b) *Existências e Materiais Diversos*

As contas de existências registam o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível, nas aquisições que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afetação real no que concerne ao IVA), relativo aos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e à incorporação material nos produtos finais, tendo sido adoptado o sistema de inventário permanente.

O método de custeio das saídas adoptado foi o Custo Médio Ponderado (CMP), por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis e destinados ao consumo.

c) *Dívidas de Terceiros*

No que se refere às dívidas de terceiros, nomeadamente as provisões constituídas de modo a fazer face às dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, foi adoptado o seguinte critério estabelecido no POCAL:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Quanto às provisões para fazer face a riscos e encargos inerentes a processos judiciais em curso, foi utilizado o critério tipificado pelo POCAL.

d) Acréscimos e diferimentos

Nota introdutória:

Esta conta destina-se a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam.

271 - Acréscimos de proveitos:

Esta conta serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

2711 – Juros a receber:

Nesta conta foram registados os juros de depósitos a prazo ou outras aplicações relativos ao exercício, mas que o Banco creditará apenas no exercício seguinte.

272 – Custos diferidos:

Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afetar diretamente a respectiva conta de custos.

273 - Acréscimos de custos:

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer-se em exercício ou exercícios posteriores.

2732 - Remunerações a liquidar:

Compreende, entre outras, as remunerações (e respectivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorra no ano seguinte.

Nesta conta, foram registados os valores correspondentes a estimativa dos custos com remuneração do período de férias, o subsídio de férias, os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de conta do Município, uma vez que, as despesas com férias, subsídios de férias e respectivos encargos são custos do exercício a que se reportam os direitos respectivos.

Assim, em 31 de dezembro de 2013 vence-se o direito dos trabalhadores às férias e subsídio de férias, que vão ser pagas em 2014, sendo tal direito uma obrigação do Município em 31 de dezembro de 2013.



Para dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, ao direito às férias e subsídio de férias e respetivos encargos vencidos em 31 de Dezembro, deve ser dado o tratamento contabilístico presentemente adoptado no Balanço.

274 - *Proveitos diferidos:*

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 - *Subsídios para investimentos:*

Incluem-se nesta conta os subsídios associados com activos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de Capital» à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.

Assim, foram contabilizados nesta conta, os subsídios recebidos nos últimos anos, por subsídios ao investimento no âmbito do Fundo de Coesão, do FEDER e do FEOGA.

8.2.6. No que concerne as “Despesas de investigação e de desenvolvimento”, realizadas em 2013, podemos referir que as mesmas dizem respeito a desenvolvimento de software para integração de programas.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

8.2.7

Activo bruto

Ano: 2013

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Un. €	Saldo final
De bens de domínio público:									
Terrenos e recursos naturais	979.926,84		1.053,00					980.979,84	
Edifícios									
Outras construções e infra-estruturas	135.933.821,86		23.711,12				2.472.130,98	138.429.663,96	
Bens do património histórico, artístico e cultural	269.540,00							269.540,00	
Outros bens de domínio público	4.242.083,77		47.317,51				804.519,54	5.093.920,82	
Imobilizações em curso	32.010.744,58		932.240,43				-3.242.241,30	29.700.743,71	
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	9.566,94							9.566,94	
	173.445.683,99		1.004.322,06				34.409,22	174.484.415,27	
De imobilizações incorpóreas:									
Despesas de instalação	520.089,94		30.309,66					550.399,60	
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.173.922,32		130.607,25					1.304.529,57	
Propriedade industrial e outros direitos	1.215.887,58							1.215.887,58	
Imobilizações em curso									
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas									
	2.909.899,84		160.916,91				0,00	3.070.816,75	
De imobilizações corpóreas:									
Terrenos e recursos naturais	3.038.378,56							3.038.378,56	
Edifícios e outras construções	67.370.766,35		263.182,10				158.523,18	67.792.471,63	
Equipamento básico	12.507.855,80		88.085,25			2.068,15		12.593.882,90	
Equipamento de transporte	3.846.411,67							3.846.411,67	
Ferramentas e utensílios	231.245,69		4.731,56					235.977,25	
Equipamento administrativo	8.859.646,16		47.314,33			35.813,54		8.871.146,95	
Taras e vasilhame									
Outras imobilizações corpóreas	2.270.627,27							2.270.627,27	
Imobilizações em curso	25.178.998,73		437.510,70				-192.932,40	25.423.577,03	
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	183.500,00							183.500,00	
	123.487.430,23		840.823,94			37.871,69	-34.409,22	124.255.973,26	
De investimentos financeiros:									
Parte de capital									
Obrigações e títulos de participação									
Investimentos em imóveis:	5.500.251,79							5.500.251,79	
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Outras aplicações financeiras:									
Depósitos em instituições financeiras									
Títulos da dívida pública									
Outros títulos									
Imobilizações em curso									
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros									
	5.500.251,79							5.500.251,79	

8.2.7

Amortizações e provisões

Ano: 2013

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Un. €

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	92.572.047,95	6.273.443,95	0,00	98.845.491,90
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	1.051.727,51	213.109,08	0,00	1.264.836,59
	93.623.775,46	6.486.553,03	0,00	100.110.328,49
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	403.653,79	25.575,17	0,00	429.228,96
Propriedade industrial e outros direitos	740.219,98	124.343,41	0,00	864.563,39
	1.143.873,77	149.918,58	0,00	1.293.792,35
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções				
Edifícios	7.272.884,00	1.009.679,16	0,00	8.282.563,16
Outras Construções	3.621.425,14	319.237,11	0,00	3.940.662,25
Equipamento básico	10.429.556,13	625.265,53	-2.012,24	11.052.809,42
Equipamento de transporte	3.029.373,29	224.420,35	0,00	3.253.793,64
Ferramentas e utensílios	207.085,43	10.712,74	0,00	217.798,17
Equipamento administrativo	8.321.413,25	214.574,44	-35.593,39	8.500.394,30
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.893.738,78	36.735,73	0,00	1.930.474,51
	34.775.476,02	2.440.625,06	-37.605,63	37.178.495,45
De investimentos financeiros:				
Parte de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.8. Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, estão desagregadas na relação do Património do Município de Albufeira, que será apresentado juntamente com a prestação de contas em apreço, de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

- Descrição do ativo imobilizado;
- Indicação dos valores dos bens adquiridos;
- Datas de aquisição;
- Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;
- Taxas de amortização;
- Amortizações do exercício e acumuladas;
- Abates de elementos do ativo imobilizado;
- Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

8.2.9. No que diz respeito aos empréstimos obtidos para financiamento de imobilizações, podemos referir que, durante o ano de 2013, o valor pago para amortização de empréstimos é de € 2.541.189,27, sendo o montante pago em juros de empréstimos de € 307.924,12.

O saldo do capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo obtidos em 31 de dezembro de 2013 é de € 34.845.372,25.

As despesas realizadas inerentes a Empréstimos obtidos de médio e longo prazo constam do quadro seguinte.

**ENDIVIDAMENTO
EMPRÉSTIMOS**

(De harmonia com o ponto n.º 8.3.6.1 do POCAL)

Município de Albufeira

Ano: 2013
(Unidade: Euro)

Caracterização do empréstimo	N.º empréstimo	Entidade	Data de aprovação pela A. M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Número de registo	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo (c)	Capital		Taxa de juro		Amortização	Encargos do ano		Encargos do ano vencidos e não pagos	Divida em 1.º de Janeiro de 2013	Divida em 31 de Dezembro de 2013	Observações	
								Data	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual		Juros	Total					Juros de finca
Curto Prazo (b)																						
Total/A transportar																						
	0015000025/987/0019	C.G.D.	30.03.93	17.05.93	25	19	24398	29.04.93	110265/17 Abril	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. N.º 110/85 de 17 Abril (1ª foga)	296.353,20	296.353,20	10,500%	1,685%	19.310,23	668,34	10.978,57		107.769,80	89.459,57		
	0015000026/987/0019	C.G.D.	22.04.94	23.05.94	20	17	44045	09.05.94	11085/17 Abril	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. N.º 110/85 de 17 Abril (4ª foga) (1ª foga)	716.378,53	716.378,53	7,700%	1,683%	38.172,54	2.016,96	41.180,50		326.596,22	281.423,68		
	0015000028/987/0019	C.G.D.	21.06.99	23.07.99	25	14	13225	07.07.99	22087/0006 (47 foga)	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. N.º 110/85 de 17 Abril (47 foga)	845.789,83	845.789,83	3,050%	1,217%	54.416,56	1.818,31	56.235,87		366.542,79	332.120,23		
	901500010/687/0019	C.G.D./BEI	27.06.01	23.08.01	20	12	223901	09.08.01		Investimento (N)	3.242.186,33	3.242.186,33	4,000%	5,710%	169.871,63	108.303,25	278.174,88		1.935.945,16	1.768.073,53		
	901500001/0687/0027	C.G.D.	29.04.02	21.06.02	20	11	128102	12.06.02		Investimento (N)	5.000.000,00	5.000.000,00	4,205%	1,110%	212.197,35	29.347,27	241.544,62		2.027.770,24	1.815.572,89		
	9015000054/687/0019	C.G.D.	29.04.02	21.06.02	20	11	128102	12.06.02		Investimento (N)	5.000.000,00	5.000.000,00	4,205%	1,049%	300.035,64	31.534,40	332.470,12		2.064.021,31	2.693.085,67		
	27490224/200.8	B.E.S.	29.04.02	12.06.02	20	11	128202	12.06.02		Investimento (N)	6.971.150,00	6.971.150,00	4,250%	2,405%	538.242,32	26.946,56	563.188,88		2.413.080,28	1.878.847,96		
Empréstimos Bancários - Médio e Longo Prazo (b)																						
	901500029/791 (9015001189/487/0019)	C.G.D.	26.06.03	20.08.03	20	10	39603	07.08.03		Urbanização, no âmbito de medida 1.5 do Programa POSE (DL 144/00 de 15/07)	381.430,00	372.470,48	1,000%	1,210%	19.120,09	2.962,99	22.083,08		210.320,99	191.200,90		
	901500029/101 (9015001181/487/0019)	C.G.D.	20.06.03	20.08.03	10	10	40103	07.08.06		Abastecimento de água potável, no âmbito de medida 1.5 do Programa POSE (DL 144/00 de 15/07)	64.000,00	41.279,76	1,000%	1,090%	4.836,27	59,20	4.895,47		4.836,27	0,00		
	9015001362/987/0019	C.G.D.	30.09.03	18.09.03	15	10	12748	13.10.03		Investimento (N)	770.000,00	770.000,00	2,859%	1,27000%	63.866,25	4.365,13	68.231,38		365.071,89	331.105,64		
	9140000189/287/0019	C.G.D.	30.09.03	08.10.04	15	9	254504	24.11.04		Investimento (N)	830.000,00	830.000,00	2,573%	0,726%	69.166,67	4.078,89	73.245,56		464.186,09	415.000,02		
	2031329330001	BPI	30.06.05	13.07.05	15	7	186205	26.07.05		Investimento (N)	900.000,00	900.000,00	2,298%	0,94769%	76.388,17	1.469,83	77.848,00		618.363,78	539.975,61		
	2031329330003	BPI	05.11.08	04.11.08	20	4	159608	21.01.09		Investimento (N)	18.000.000,00	15.432.163,56	4,989%	1,837%	687.342,42	69.778,37	927.120,79		13.931.814,32	13.074.471,90		
	2031329330003	BPI	30.06.09	23.06.09	15	4	130209	14.10.09		Investimento (N)	2.916.902,00	2.196.077,60	2,430%	1,98200%	118.223,13	24.613,54	142.836,67		1.551.016,42	1.432.793,29		
		PAEL	03.10.12	24.06.13	20		994/2013	10.10.13		Investimento (N)	16.678.725,60	10.007.235,36	3,100%	3,100%	2.641.889,27	307.924,12	2.849.813,39		27.379.328,16	34.846.372,26		
Total/A transportar											66.878.631,99	66.822.271,00							27.379.328,16	34.846.372,26		
Limite de endividamento																						2.784.739,90

b) A designar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidades.
c) Utilizar (1), se estiver assento do limite por empréstimos bancários (N), no caso contrário, dentro do limite de endividamento, conforme é disposto no artigo 24.º da Lei 42/98, de 6 de Agosto.

8.2.12. Estes valores constam da relação acima referida, no que concerne às contas de:

↳ Imobilizações em poder de terceiros, com constituição de direito de superfície.

8.2.14. Estes valores constam da relação supra referida no que concerne aos bens do imobilizado que não foram possíveis valorizar, uma vez que, por um lado não havia conhecimento dos valores de aquisição ou construção e por outro, não foi possível estabelecer critérios técnicos válidos e fiáveis para a sua elaboração.

8.2.15. Os bens do domínio público que não são objeto de amortização, são os legalmente consagrados como terrenos e recursos naturais não afectos à extração, e os bens aos quais não foi possível atribuir valor, que constam da relação referida no número anterior.

8.2.16. Participações Financeiras:

➤ **Águas do Algarve, S.A**

A empresa Águas do Algarve, S.A., com sede em Faro na Rua do Repouso n.º 10, código postal 8000 – 302, é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto, e surgiu por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. Essas sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de Junho e pelo Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de Junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-Lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-Lei n.º 172/B-2001, de 26 de maio, e celebrado o contrato de concessão entre o Estado Português e a empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro e com a publicação do Decreto-Lei n.º 285/2003 foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, resultante da fusão dos sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 7 de fevereiro de 2005, foi assinado o contrato de concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A.

O objeto social da Sociedade é “a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”.

O capital social da empresa à data de 31 de dezembro de 2012, era de € 29.825.000,00, sendo € 12.325.000,00 da área de negócio de tratamento de água e € 17.500.000,00 da área de negócio do saneamento. O valor nominal de cada ação é de € 5,00. Em 31 de dezembro faltava realizar € 594.125,00 relativos ao aumento de capital social.

Este Município detém, no âmbito dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água, 119.520 ações (que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos), sendo 60.980 ações da classe A e 58.540 da classe B, correspondendo a 4,85% do capital social no valor de € 597.600,00.

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, a empresa Águas do Algarve informou esta autarquia de um aumento de capital social da sociedade em € 16.367.850,00, a realizar em 2003 (30%), 2004 (35%) e 2005 (35%).

Com efeito, em Assembleia-geral de 19 de Março de 2003, foi deliberado o aumento do respectivo capital social, resultante da concessão à empresa, do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. A repartição do capital social pelos diferentes municípios, atendeu às percentagens originárias das sociedades Águas do Sotavento e Barlavento Algarvio, o que equivale para esta autarquia a 169.750 ações, cada uma no valor de € 5,00, perfazendo um total de € 848.750,00 (5,19%), valor este que ficou totalmente realizado em 2005.

Neste contexto, o Município de Albufeira detém 289.270 ações no valor total de € 1.446.350,00, o que equivale a 4,95% do Capital Social da empresa.

Tendo em atenção que o relatório de 2013 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2012.

Da análise do relatório e contas referente ao exercício de 2012, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 568.422.430, o Volume de Negócios é de € 53.237.675, o Capital Próprio é de € 38.555.874 e o Resultado Líquido é de € 3.441.306.

➤ **ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A**

A empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com sede na Rua Cândido Guerreiro nº 43 – 3º frente, 8000-318 Faro, foi constituída formalmente pela publicação do Decreto-Lei nº 109/95, de 20 de maio.

O capital social da empresa em 2012 é de € 7.500.000,00, correspondendo a 1.500.000 ações de valor nominal de € 5,00 cada.

O Município detém 84.900 ações da classe A, correspondendo a 5,66% do capital social, equivalente a € 424.500,00 que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos.

Tendo em atenção que o relatório de 2013 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2012.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2012 salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 109.735.978, o Capital Próprio é de € 11.548.748, o Volume de negócios é de € 15.916.543 e o Resultado Líquido é de € 970.353.

➤ **POLISALBUFEIRA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.**

A POLISALBUFEIRA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 52 – 1º Dto., 8200-002 Albufeira, foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2001, de 8 de fevereiro.

Tem capital social no valor de € 8.500.000,00, subscrito na proporção de 60% pelo Estado (€ 5.100.000,00) e 40% pelo Município de Albufeira (€ 3.400.000,00); é representado por 8.500 ações nominativas com o valor de € 1.000,00 cada uma.

Em 16 de maio de 2001, foi outorgado entre a Sociedade “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, e a “*Parque Expo 98, S.A.*”, Contrato de Mandato, nos termos do qual a *PolisAlbufeira* concedeu à *Parque Expo*, mandato de representação, mediante retribuição para prestação e conclusão, segundo instruções e diretivas da mandante de Serviços de Apoio e Assessoria Financeira, Apoio e Assessoria Jurídica, Divulgação e Conhecimento, Arquitetura e Ordenamento, Controlo e Planeamento e Engenharia e Fiscalização, visando a divulgação, coordenação global e gestão da Intervenção;

Nos termos daquele Contrato, a mandatária referenciada ficou responsável pelo fornecimento dos serviços necessários a uma gestão integrada de todas as atividades relativas à realização do Programa Polis de Albufeira, sendo que a vigência daquele terminava em dezembro de 2007. Sucedeu, no entanto, que acordaram os outorgantes prorrogar a vigência daquele contrato até setembro de 2008, atenta a previsão da necessidade de assegurar a conclusão de actividades ainda em curso, no âmbito da intervenção do Programa Polis. A prorrogação do mencionado *Contrato de Gestão Global*, acarretou a obrigação do pagamento, pela *Sociedade PolisAlbufeira* à *Parque Expo*, da quantia de € 446.304,00. A “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, encontrava-se em fase de liquidação, sendo o termo daquele processo fixado para 31 de dezembro de 2008.

No decorrer do ano 2008, os acionistas acima mencionados aprovaram a realização de prestações suplementares de capital no montante total de € 446.304,00, a suportar pelos acionistas na proporção do capital social detido por cada um. O valor realizado pelo Município de Albufeira foi de € 178.521,60.

Passa-se de seguida a uma breve análise do relatório e contas de 2009, da qual se salientam os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 35.110.784,55, o Capital Próprio é de € 13.998.593,40, sendo o Resultado Líquido do Exercício nulo.

➤ **IMORTAL DE ALBUFEIRA FUTEBOL, S.A.D.**

O Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D., com sede no Estádio Municipal de Albufeira, tem como objetivo principal a participação na modalidade de futebol em competições desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espetáculos desportivos e o desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

O município detém 9.976 ações da categoria B nominativas, cada uma no valor de € 5,00, o que perfaz um total de € 49.880,00.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2013 ainda se encontra em fase de elaboração e os de 2003 a 2012 ainda não estão disponíveis, analisaremos de seguida os dados referentes ao exercício de 2002, em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2002, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 5.007.244,50, o Capital Próprio é de € 1.606.163,57, sendo o Resultado Líquido do Exercício negativo em € 518.880,56.

➤ **GLOBALGARVE - Cooperação e Desenvolvimento, S.A.**

A empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., com sede na Rua Dr. José de Matos, nº 56 – 8000-502 Faro, é uma Sociedade Anónima com capitais maioritariamente públicos.

O objeto social da Sociedade é promover e executar ações relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente, estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infra-estruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a coletividades territoriais, ações de formação e ações internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação. Para a realização do seu objeto social, a sociedade visa ainda, a promoção e execução de projetos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento local, à

criação de ações de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de ações, visando o aproveitamento e potenciação de recursos (centro de empresas / inovação e negócios, ninhos de empresas e / ou instalações de mudança de escala, instalações de mudança de escala, instalações para produções coletivas de pequena escala, pólos ou parques tecnológicos ou científicos, parques de mercadorias, Indústria e Serviços, Oficinas Tecnológicas). Aspira, igualmente, aquela sociedade, para a realização do respetivo objeto social, a promoção e execução de projetos interinstitucionais, de informação, formação e desenvolvimento económico; a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional; promoção e execução de projetos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

O capital social da empresa em 2011 é de € 279.500,00 €, dividido em ações com o valor nominal de € 10,00 € cada uma, nos termos do constante dos respetivos estatutos.

Atento nos objetivos e fins prosseguidos pela referenciada sociedade, assim como nas múltiplas ações por aquela desenvolvidas em cumprimento do respetivo objeto social, subscreveu este Município de Albufeira o capital social daquela e, dessa forma, passando a integrar a mesma como acionista, mediante a subscrição de 100 ações nominativas, num valor total de € 1.000,00, representativo de 0,36% do Capital Social.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2013 ainda se encontra em fase de elaboração e o de 2012 ainda não foi disponibilizado, analisa-se de seguida o relatório e contas referente ao exercício de 2011, salientando-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 1.104.693,93, o Volume de Negócios é de € 102.170,17, o Capital Próprio é negativo em € 160.637,29 e o Resultado Líquido é negativo em € 97.827,97.

8.2.19. Não foram encontradas diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

8.2.22. O valor global das dívidas de cobrança duvidosa ascende a € 5.295.289,66.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

8.2.26 - CONTAS DE ORDEM

CONTAS		Saldo da Gerência anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	641.085,64		135.314,21		776.399,85	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	1.416,86		32.693,30		34.110,16	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	639.668,78		102.620,91		742.289,69	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				119.770,21		119.770,21
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				119.770,21		119.770,21
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas				3.950,00		3.950,00
09341	Accionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Accionadas a Fornecedores de Imobilizado				3.950,00		3.950,00
09343	Accionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		641.085,64	0,00	135.314,21	123.720,21	652.679,64	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	5.678.167,76		3.811.391,33	3.004.899,08	6.484.660,01	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes	3.349.280,07		21.591.579,35	21.329.098,57	3.611.760,85	
Total de Recibos para Cobrança		9.027.447,83	0,00	25.402.970,68	24.333.997,65	10.096.420,86	
Total		9.668.533,47	0,00	25.538.284,89	24.457.717,86	10.749.100,50	

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e respetivos movimentos ocorridos durante o ano em apreço, de acordo com o seguinte quadro:

Código das Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19 Provisões para aplicação de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 Provisões para cobranças duvidosas	3.975.109,20	737.471,07	0,00	4.712.580,27
292 Provisões para riscos e encargos	1.349.795,90	29.878,00	107.128,14	1.272.545,76
39 Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49 Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.28. O Resultado líquido do Exercício de 2012 foi positivo em € 1.441.049,21. Foi aprovado, na prestação de contas de 2012, a aplicação de 5% deste valor, no montante de 72.052,46€ para Reservas Legais, e a transferência do remanescente para a conta 59 – Resultados Transitados.

Em 2011, o Município de Albufeira iniciou uma revisão de procedimentos interna em termos de IVA, tendo constatado que não teria exercido na sua plenitude o direito à dedução do IVA incorrido nas suas operações relativas aos períodos compreendidos entre 2007 e 2010, tendo sido posteriormente alargado também a 2011 e 2012. Com efeito, o Município apenas recuperava o imposto dos gastos afetos exclusivamente a atividades tributadas em IVA. Neste contexto, o Município de Albufeira no decorrer do ano de 2012 foi alvo de uma inspeção por parte da Autoridade Tributária (AT) em sede de IVA, tendo-se verificado nas faturas da empresa EVA – Transportes, S.A., que não se tinha deduzido IVA a favor do Município e liquidado IVA a favor da AT. Nesse contexto e de modo a normalizar esta situação, foram efetuados os lançamentos a débito no valor de 13.057,26€ e a crédito no valor de 184.888,26€, segundo instruções emanadas pela AT.

Deste modo foram efetuados lançamentos retificativos na conta 59 – *Resultados Transitados* de forma a traduzir estas regularizações de grande significado que devem afetar os capitais próprios e não os resultados do presente exercício, uma vez que dizem respeito a exercícios anteriores. Neste contexto, afetou-se negativamente a conta 59 – *Resultados Transitados*, no valor de 13.057,26€ referente a IVA a favor do Estado e positivamente no valor de 184.888,26€ referente a IVA a favor do Município.

8.2.29. O valor dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, como segue.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	99.967,08	687.096,44
Compras	5.495.205,91	171.181,86
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	99.694,41	703.869,49
Custos no exercício	5.495.478,58	154.408,81

8.2.31.

Demonstração de Resultados Financeiros

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados	307.924,12	532.620,18	781	Juros obtidos	13.539,40	28.936,25
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	2.226.970,85	2.248.163,38
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	179.034,61	20.610,78
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	3.073,05	1.331,01	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	2.108.547,69	1.763.759,22	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Total.....	2.419.544,86	2.297.710,41		Total.....	2.419.544,86	2.297.710,41

8.2.32.

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	101.248,78	109.987,78	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	266,06	39.431,83	794	Ganhos em imobilizações	2.992,84	8.080,61
695	Multas e Penalidades	19.528,49	94.672,94	795	Benefícios de penalidades contratuais	391.562,05	579.057,86
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	107.128,14	93.357,00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	67.071,91	159.599,93	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	106.509,34	34.949,34
698	Outros custos e perdas extraordinárias	151.692,14	210.617,84	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.261.293,23	1.021.627,49
	Resultados extraordinários	1.529.678,22	1.122.761,98		Total.....	1.869.485,60	1.737.072,30
	Total.....	1.869.485,60	1.737.072,30		Total.....	1.869.485,60	1.737.072,30